

AS FOTOGRAFIAS DAS VIAGENS DE CAMPO DO IBGE NA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (1939- 1968): UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

The photographs of IBGE field trips in the Revista Brasileira de Geografia (1939-1968): a quantitative analysis

Las fotografías de los viajes de campo del IBGE en la Revista Brasileira de Geografía (1939-1968): un análisis cuantitativo

Les photographies des sorties de terrain de l'IBGE dans la Revista Brasileira de Geografia (1939-1968) : une analyse quantitative

RESUMO

Esta pesquisa se dedica ao estudo das fotografias das expedições, excursões e trabalhos de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que circularam na Revista Brasileira de Geografia (RBG) entre 1939 e 1968. O objetivo dos trabalhos de campo consistia em identificar aspectos da realidade brasileira até então desconhecidos, atividade realizada por meio dos métodos de pesquisa utilizados por instituições e sociedades geográficas internacionais. Os resultados foram publicados na RBG, representante das novas metodologias geográficas do IBGE, que estavam ancoradas em diferentes tipos de imagens, como fotografias, mapas e croquis que revelavam os processos de ocupação do território brasileiro. O objetivo deste trabalho é realizar uma análise quantitativa de todas as fotografias e imagens a fim de identificar os momentos em que o IBGE utilizou as fotografias com mais veemência entrelaçando-os à história do Brasil, do instituto e da geografia.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Revista Brasileira de Geografia (RBG); fotografia.

LARA D'ASSUNÇÃO DOS SANTOS

Mestre em Geografia -
Universidade do Estado
do Rio de Janeiro (UERJ) e
Doutoranda em Geografia
- Universidade do Estado do
Rio de Janeiro
larad.assuncao@gmail.com

Artigo recebido em:
07/07/2022

Artigo aprovado em:
15/07/2022

ABSTRACT

This research is dedicated to the study of photographs of expeditions, excursions and fieldwork of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) that circulated in the Brazilian Journal of Geography (RBG) between 1941 and 1968. The objective of the fieldwork was to identify aspects of the Brazilian reality that were hitherto unknown, an activity carried out through the research methods used by international geographic institutions and societies. The results were published in the RBG, the representative of the new IBGE geographic methodologies, which was anchored in different types of images, such as photographs, maps and sketches that revealed the processes of occupying the Brazilian territory. The

objective of this work is to carry out a quantitative analysis of all the photographs and images in order to identify the moments in which the IBGE used the photographs more vehemently, intertwining them with the history of Brazil, the institute and geography.

KEYWORDS: Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE); Brazilian Journal of Geography (RBG); photography.

RESUMEN

Esta investigación está dedicada al estudio de fotografías de expediciones, excursiones y trabajos de campo del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) que circularon en la Revista Brasileira de Geografía (RBG) entre 1939 y 1968. El trabajo de campo tuvo como objetivo identificar aspectos de la realidad brasileña hasta entonces desconocidos, actividad realizada a través de los métodos de investigación utilizados por instituciones y sociedades geográficas internacionales. Los resultados fueron publicados en RBG, representativa de las nuevas metodologías geográficas del IBGE, que fue anclada en diferentes tipos de imágenes, como fotografías, mapas y croquis que revelaron los procesos de ocupación del territorio brasileño. El objetivo de este trabajo es realizar un análisis cuantitativo de todas las fotografías e imágenes para identificar los momentos en que el IBGE utilizó las fotografías con mayor vehemencia, entrelazándolas con la historia de Brasil, el instituto y la geografía.

PALABRAS-CLAVE: Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE); Revista Brasileña de Geografía (RBG); Fotografía.

RÉSUMÉ

Cette recherche est consacrée à l'étude de photographies d'expéditions, d'excursions et de travaux de terrain de l'Institut brésilien de géographie et de statistique (IBGE) qui ont circulé dans la Revista Brasileira de Geografia (RBG) entre 1939 et 1968. L'objectif du travail de terrain était d'identifier les aspects de la réalité brésilienne jusqu'alors inconnus, une activité menée à travers les méthodes de recherche utilisées par les institutions et les sociétés géographiques internationales. Les résultats ont été publiés dans RBG, représentatif des nouvelles méthodologies géographiques de l'IBGE ancrées dans différents types d'images, telles que des photographies, des cartes et des croquis révélant les processus d'occupation du territoire brésilien. L'objectif de ce travail est de réaliser une analyse quantitative de toutes les photographies et images afin d'identifier les moments où l'IBGE a utilisé les photographies avec plus de véhémence, en les mêlant à l'histoire du Brésil, de l'institut et de la géographie..

MOTS-CLÉS: Institut Brésilien de Géographie et de Statistique (IBGE); Journal brésilien de géographie (RBG); la photographie.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora apresenta tem como objeto de estudo as fotografias das expedições, excursões e trabalhos de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que circularam na Revista Brasileira de Geografia (RBG) entre os anos de 1939 e 1968.

O IBGE, criado durante o governo de Getúlio Vargas, era naquele momento uma instituição incumbida de identificar aspectos da realidade brasileira até então desconhecidos através de métodos de pesquisa utilizados por instituições e sociedades geográficas internacionais. Parte-se do princípio que as características do país retratadas pelos cientistas do IBGE e circuladas na RBG são um recorte pensado estrategicamente pelos membros do governo, chefias e cientistas da instituição.

A RBG foi lançada em 1939 para ser porta-voz do IBGE e divulgar os grandes projetos de vulto do governo, desde a localização do novo Distrito Federal no interior do país até os estudos para subsidiar diferentes modelos de regionalização que só foram possíveis devido às longas expedições pelo território entre 1941 e 1968. Nessa empreitada, as fotografias materializaram entidades nas páginas da revista trazendo o que foi visto alhures aos olhos dos

cientistas e da população leiga. Sem dúvida elas são um instrumento poderoso quando falamos em convencimento, um dos pilares da universalidade da ciência. A elas devemos grande parte da criação de memórias e também de esquecimentos, ou melhor, apagamentos.

Este artigo versa sobre as primeiras inferências realizadas com o intuito de identificar como se dá o comportamento das fotografias científicas presentes na RBG. Primeiramente identifiquei que elas dividiam espaço com o que denomino de “outras imagens”, isto é, mapas, croquis, tabelas, gráficos, dentre outros. Assim, outra inferência se fazia necessária, a das “outras imagens”. Foram realizadas análises quantitativas de todos os números da revista, desde 1939 até 1968, quando ocorreu a última viagem de campo do IBGE. Contabilizou-se as fotografias e imagens para posteriormente calcular as porcentagens de cada uma delas com base no total do número de páginas. Esses resultados estão aqui expressos em tabelas e um gráfico que dão o panorama geral das fotografias e imagens ao longo dos anos. Diante dos resultados concluiu-se que para dissertar sobre a variação das fotografias e imagens seria primordial levar em consideração a história do país,

da geografia e do IBGE. Para seguir os passos dos cientistas (LATOURE, 2011) que faziam a maquinaria do IBGE girar iniciarei o texto esboçando o que significavam as expressões expedição geográfica, excursão e trabalho de campo para eles.

Ao analisar quantitativamente as fotografias e imagens tomarei o IBGE enquanto um centro de cálculo (LATOURE, 2011; LAMEGO, 2015), lugar onde se articulam, combinam e se acumulam as inscrições caracterizadas como qualquer estrutura que possibilite uma exposição visual de qualquer tipo num texto científico (LATOURE, 2011). De posse dos referenciais de Bruno Latour, entende-se que o IBGE é uma das caixas-pretas da ciência geográfica na qual decidimos aqui adentrar através da análise das fotografias, uma de suas peças-chave. Evidentemente outros materiais também serão de grande valia para a interpretação das variações das fotografias e imagens, como as narrativas de viagem, a publicação de resoluções, artigos, comentários, as novas contratações, o intercâmbio de pesquisadores, a utilização de manuais de viagem, os projetos de vulto junto ao governo e a evolução das técnicas.

A análise quantitativa resultou na identificação de três momentos da fotogra-

fia na RBG, a saber: 1939-1952, onde os fotógrafos eram os próprios cientistas; 1953 a 1964, anos de contratação e publicação dos fotógrafos profissionais do IBGE; 1965-1968, anos de queda do uso da fotografia em detrimento do número de imagens.

Para além dos resultados expressos nas tabelas e gráficos, pode-se concluir que há indubitavelmente uma grande potência no estudo das fotografias científicas de uma instituição de peso como o IBGE. Fica claro neste artigo que elas são capazes de traduzir em imagens o que antes era visto como espaços em branco (WRIGHT, 1946) enquanto anunciam nas entrelinhas as novas frentes de expansão capitalista do país. Revolver essas fotografias, portanto, é retirá-las do caldo do deslumbre e da verossimilhança para trazer novas perspectivas à luz da historiografia da geografia.

O IBGE E A REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

O pano de fundo da criação do IBGE é uma colcha de variados retalhos que vai desde o nacional-desenvolvimentismo impulsionado pelos processos de industrialização e urbanização até as parcerias científicas estrangeiras que consolidaram o Instituto, proporcionando-lhe uma vida longa e frutífera. Compreender o sucesso des-

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

sa empreitada exige um olhar atento aos discursos proferidos pelos presidentes da República e do IBGE publicados na revista científica do Instituto, a Revista Brasileira de Geografia (RBG) sem deixar de lado a história da institucionalização dos cursos de Geografia e História no Brasil.

Foi durante a década de 1930 que ocorreram as reuniões responsáveis pela criação dos órgãos estatais que elaborariam e divulgariam as informações estatísticas sobre o Estado. Também nesta década desembarcaram no Rio de Janeiro e em São Paulo os mestres franceses destinados a ocupar as cátedras abertas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), dentre os quais Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig (ABREU, 2006).

Os decretos que levariam à criação do IBGE tramitaram durante o governo de Getúlio Vargas (1939-1945). O contexto político era formado por acordos entre o então presidente e as oligarquias rurais e industriais o que caracteriza o engodo da política nacional que, como sabemos, permanece até os dias atuais. O IBGE por ter ligação direta com a presidência algumas vezes acabava por executar ações que contribuíam para a manutenção do poder vigente.

Dissertar sobre a criação do IBGE exige uma pequena caminhada nos anos anteriores a 1938, quando o Decreto-lei número 218 daria início oficial às suas atividades. O primeiro sinal de que urgia a necessida-

de de um órgão que organizasse informações sobre o território brasileiro se deu em 1933, quando a Comissão Interministerial se reuniu para avaliar e sugerir formas de reorganização dos serviços estatísticos no Brasil, apresentando o anteprojeto de um Instituto Nacional de Estatística (INE) (ABRANTES, 2000, p. 39). Em 1936, Getúlio Vargas aprovou o decreto-lei 311, desdobrando o Instituto Nacional de Estatística (INE) em três ramos: o Conselho Nacional de Estatística (CNE), o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o Serviço Nacional de Recenseamento (SNR). Em 24 de março de 1937, o Decreto nº 1527 cria o Conselho Brasileiro de Geografia, este aderido à União Geográfica Internacional, traçando assim um importante intercâmbio com a ciência geográfica estrangeira. O primeiro secretário-geral do CBG foi Christovam Leite de Castro, que chefiou a Seção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura¹ entre 1933 e 1937.

Em 26 de janeiro de 1938, sob a ditadura do Estado Novo, o Decreto-Lei nº 218 cria o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², a partir do Instituto Nacional de Estatística (INE). O IBGE estava diretamente subordinado à presidência da República, mas contava com dois órgãos colegiados e autônomos mencionados anteriormente, o Conselho Nacional de Geografia (CNG), antigo CBG, e o Conselho Nacional de Estatística (CNE).

Nesse momento, a industrialização justificada através dos discursos nacional-desenvol-

1. Tal Seção era subordinada à Diretoria de Estatística da Produção, que desde 1936 centralizava os trabalhos de Cartografia Geográfica necessários à Estatística.

2. Segundo Eli Alves Penha (1993, pág. 19), a data oficial da criação do IBGE é 29 de maio de 1936, em que foram regulamentadas as atividades do Instituto Nacional de Estatística; com a extinção deste instituto o IBGE foi instituído em 26/01/1938.

vimentistas de Vargas necessitava do alavanque da ciência e da tecnologia para realizar um planejamento territorial que desenvolvesse as indústrias de base nacionais. Os investimentos do governo no IBGE visavam conhecer a fundo o território e o povo brasileiro, mapeando-os por meio do Censo, desenhos, tabelas, gráficos e fotografias, elementos que ajudariam a cumprir o ideal de país coeso. Essa construção do país posta como coletiva, de interesse geral, passou por cima dos projetos locais e regionais atraindo-os aos projetos nacionais sem levar em consideração as realidades locais. A ideia de construir o país legitima o Estado enquanto norteador desse projeto. Ele será o guardião da soberania e o construtor (ou forjador) da nacionalidade, entendida como o povoamento do país. Devido à magnitude da missão assumida podem-se perceber traços autoritários, centralismo e uso da violência (MORAES, 2002, p.93-94).

Antes do início das atividades do IBGE e da formação dos primeiros geógrafos brasileiros o estudo do território era realizado por engenheiros, militares, intelectuais e homens de ação ilustrados em assuntos geográficos. Com o auxílio das universidades, o IBGE tornou-se definitivamente o lugar do planejamento e execução de trabalhos científicos que foram mola mestra para o engendramento do país. A “missão geográfica” do IBGE consistia em erigir uma outra geografia, interpretativa e, sobretudo, empírica, munida de um moderno

instrumental de precisão científica capaz de responder com eficiência e rapidez os problemas da ‘organização nacional. Tudo estava em harmonia com o grande plano político do governo Vargas (CAMARGO, 2009, p. 24). Uma vez criado o IBGE importantes passos seriam dados, dentre os quais: pensar estratégias para angariar fundos para a realização de excursões e contratação de professores estrangeiros renomados e edição de uma revista científica que divulgasse as novas metodologias e os dados colhidos nos trabalhos de campo.

A Revista Brasileira de Geografia (RBG) foi lançada em 1939 e se tornou porta-voz das novas metodologias geográficas do IBGE. Suas páginas trazem artigos científicos, homenagens às personalidades que contribuíram para o desenvolvimento da ciência geográfica e o estudo do território brasileiro, além de croquis, gráficos, mapas, tabelas, fotografias e uma série de instrumentos que colaboravam para divulgar as informações sobre a população brasileira. Dentre os desígnios da Revista era explícita a intenção de “contribuir para um melhor conhecimento do território pátrio, difundir no país o sentido moderno da metodologia geográfica, promover o intercâmbio cultural com as instituições congêneres” (SOARES, 1939, p. 4). Esse projeto foi possível graças às viagens de campo promovidas pelo IBGE entre os anos de 1941 até 1968.

A tiragem da RBG era significativa para época. De acordo com a Resolução n. 18 da

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

Assembleia Geral do CNG, de 12 de julho de 1938, eram impressos no mínimo 5 mil exemplares, dos quais boa parte era distribuído gratuitamente a pessoas físicas e instituições dos mais diversos perfis (BRASIL, 1938) De acordo com Evangelista, os exemplares eram:

voltados para toda a sorte de esferas de governo, a começar pela presidência, ministério, tribunais de justiça, entidades profissionais, enfim, é a configuração de uma consciência geográfica em nível de Estado e de uma elite de governo que extrapolava a estrita esfera governamental, pois também visava lideranças culturais e empresariais; além de exemplares em favor da União Geográfica Internacional e União Pan-americana de Geografia (2014, p. 225).

A Divisão de Geografia era responsável pela preparação de artigos da Revista Brasileira de Geografia e do “Boletim Geográfico” este de frequência bimestral. A divulgação dos trabalhos dos profissionais do CNG nas referidas revistas, assevera Patrícia Aranha,

estava alinhado ao próprio campo como profissional; mais que isso, as publicações da Revista validavam e estimulavam um tipo específico de geografia - mais técnico e voltado para a prática de conhecimento territorial com objetivos definidos: uma ciência a serviço do Estado (2017, p. 172-173).

A Revista Brasileira de Geografia possuía publicação trimestral, apresentando atraso somente a partir de 1959, vinte anos após o lançamento de seu primeiro número. Ao longo dos anos a revista foi perdendo o rigor, tanto em relação à assiduidade quanto às exigências para a submissão de artigos. Como forma de compensar os atrasos no calendário quadrimestral a RBG passou a publicar as teses submetidas aos concursos do IBGE. A partir do ano de 1958 os resumos deixaram de ser em quatro línguas – que variavam

entre francês, inglês, espanhol, alemão e italiano – para dar lugar apenas ao francês e ao inglês, dado que reafirma suas influências estrangeiras.

A RBG circulou de 1939 a 2006, retomando suas atividades no ano de 2016 com edições on-line que seguem até os dias atuais. Nos anos referentes ao recorte da pesquisa, as seções apresentam certa constância, mas mudam radicalmente no último ano do recorte, em 1968. Inicialmente elas se dividiam em “Artigos”, “Vultos da Geografia do Brasil” “Comentários”, “Tipos e Aspectos do Brasil” e “Noticiário”, nesta ordem. Depois, passou a ser composta apenas por artigos sem haver subdivisão em seções.

Ao longo desses anos o IBGE trouxe para si as principais controvérsias da disciplina universitária e do campo profissional do geógrafo (ARANHA, 2017), que eram expressas nas páginas da RBG. Ao analisar seus primeiros anos de circulação percebe-se uma ampla maioria de engenheiros ou militares, reforçando a vinculação com uma geografia utilitária que se fazia no território (idem). A RBG destacou-se por colaborar na elaboração de um corpus de conhecimentos geográficos amalgamando autores e temas em torno das políticas de governo (CAMARGO, 2009, p. 24). Assim, o pensamento geográfico brasileiro foi se desenvolvendo intimamente ligado ao conhecimento do território nacional, à realização de levantamentos e trabalhos cartográficos. Nascia uma geografia dotada de um sentido de missão, a serviço da

integração e desenvolvimento do país (ARANHA, 2014, p. 6), na qual diferentes tipos de imagens foram ferramentas imprescindíveis ao estudo do território.

Trazendo essas observações mais especificamente para a fotografia, objeto central do presente artigo, as primeiras que circularam na RBG (1939 a 1941) eram de autoria de engenheiros, haja vista que os cursos de geografia recém-abertos não contavam com geógrafos formados no Brasil. Por serem científicas, a intenção não é analisá-las pelo viés estético, contudo é importante mencionar que a estética dessas fotografias mudou ao longo dos anos estudados (1939-1968). Os motivos vão desde a evolução das câmeras, do processo de revelação, até a contratação de fotógrafos profissionais que passaram a acompanhar os cientistas nas viagens. Para entender as fotografias como uma das principais técnicas que ajudaram a consolidar a geografia brasileira enquanto ciência dissertarei sobre a atividade do trabalho de campo no qual ela se dava.

EXPEDIÇÃO, EXCURSÃO E TRABALHO DE CAMPO ENQUANTO PRÁTICAS GEOGRÁFICAS

Para encontrar o máximo de informações sobre as viagens do IBGE foi preciso considerar os três termos utilizados pelos cientistas quando se referiam às saídas de campo: expedição geográfica, trabalho de campo e excursão. Tomando-as como palavras-chave procurei cada uma delas na Revista Brasileira de Geografia (1939-1968). A mesma busca foi realizada na Coletânea da Legislação do IBGE (IBGE, 2015), onde eram divulgadas leis e decretos-leis do órgão.

Em princípio, expedição nos remete à atividade de campo realizada no momento em que os rincões do país não haviam sido suficientemente mapeados, os marcos geodésicos eram poucos e a infraestrutura urbana ainda era bastante incipiente. Essa inquietação moveu-me a entrevistar um geógrafo ibgeano que participou das viagens de campo, Roberto Lobato Corrêa. O professor, ao ser por mim indagado sobre o que seriam as expedições pondera:

(...) na minha geração, entre os geógrafos da virada de 1950 para 1960, nós não usávamos a palavra expedição. Essa palavra era relativa àquelas primeiras excursões ou trabalhos de campo. O termo usado era excursão, mais do que trabalho de campo, em que as viagens tinham uma função de reconhecimento do território brasileiro. (...) comentava-se que o professor Geiger e outras pessoas falavam das primeiras expedições feitas nos anos 40, como aquelas comandadas pelo geógrafo francês Francis Ruellan. (...) era realmente expedição porque eles tinham caminhonete, contratos com a prefeitura e outros órgãos públicos que ofereciam para eles mateiros, que eram homens do campo que conheciam a região e que eram guias e alugavam burros, mulas para levar o material da expedição,



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

inclusive armando barraca, levando cozinha para fazer comida (CORRÊA, 2019).

As expedições da década de 1940 eram viagens precárias. Consistiam em um primeiro estudo a fundo do território que durava meses e contava com uma equipe grande de geodestas, engenheiros, geógrafos, cartógrafos, dentre outros (CORRÊA, 2019).

A busca pelo termo “expedição” na RBG entre os anos de 1939 e 1968 revelou que essa palavra aparece com mais frequência na seção “Vultos da Geografia do Brasil” onde há “biografias, de uma a duas páginas, de pensadores, políticos e homens de ação que se envolveram em trabalhos “geográficos”, especialmente na questão das fronteiras e das expedições científicas” (CAMARGO, 2009, p. 25). Levando em consideração esse dado, podemos concluir que os cientistas ibgeanos da época concordavam que “expedição” consistia em uma experiência de campo desbravadora que se aproximava mais das viagens realizadas pelos exploradores geográficos do século XIX com o objetivo de preencher os espaços em branco (WRIGHT, 1947) do que das viagens do IBGE para estudo do território.

Sobre os espaços em branco, Jens Andermann (2004, p. 59-60) toca em um ponto nevrálgico da questão ao redigir sobre os mapas do Atlas da Comissão Cruls (1892) elaborados após as primeiras expedições ao planalto central. Ele relata que o mapa síntese das viagens foi alocado logo nas primeiras páginas do relatório, ainda que tenha sido

feito após a reunião dos dados colhidos em campo. Andermann aponta que essa forma de apagar o passo a passo do modo de produção nos dá a impressão de um processo tautológico no qual a expedição serviria para confirmar o que se suspeitava. Tendo em vista que a expedição era planejada e executada por homens cientistas que optavam por lançar luz sobre determinados espaços em detrimento de outros sob a escusa de se tratar de espaços pouco ou nada estudados, pode-se concluir que as expedições estão mais atreladas ao ato de explorar, no sentido da dominância, do que ao ato de descobrir para divulgar ao povo leigo. A estilística dos artigos científicos da RBG que relatavam as primeiras grandes viagens ocorridas reforça o posicionamento dominante do cientista explorador que se via realizando um ato heroico devido às dificuldades encontradas durante o planejamento e execução da viagem.

Os artigos dessa época eram verdadeiras narrativas de viagem revestidos de um tom desbravador, pausas dramáticas, clímax, personagens. No entanto, antes da presença dos viajantes e seus relatos existia modos concretos de uso daquele local, como as técnicas rudimentares dos pastores de gado, ou a geologia leiga dos garimpeiros de ouro e diamante (ANDERMANN, 2004, p. 60). Portanto, os espaços em branco do mapa não significavam um grande vazio cultural, e sim desconhecimento científico sobre o local. Em suma, as expedições do IBGE eram o primeiro pas-

3. *De forma ininterrupta desde sua terceira edição, de julho/setembro de 1939, até a de janeiro-março de 1951, e depois, sem regularidade, até o número outubro-dezembro de 1963 (CAMARGO, 2009b).*

so para a apropriação de áreas pouco exploradas pelo capital e as reuniões de planejamento das expedições, – chamadas de Tertúlias Geográficas – de certa forma, anunciavam as próximas frentes de expansão capitalista do país. As novas informações sobre os territórios possibilitariam a elaboração de uma imagem final, a imagem síntese que habitará nosso imaginário geográfico (SAID, 2007; ZUSMAN, 2013).

O professor Pedro Geiger aponta que com o passar dos anos o desenvolvimento de infraestrutura urbana e interurbana, mesmo em áreas menos desenvolvidas, estimuladas pelo turismo, reduziu a necessidade da forma expedição para trabalho científico, o qual se dá atualmente em um espaço geográfico cada vez menor (GEIGER, 2010, p. 79). Na década de 1950, afirma o professor Roberto Lobato, as grandes viagens passaram a ser feitas em menos tempo e, por isso, referia-se a elas como excursões ou trabalhos de campo (CORRÊA, 2019). A bem da verdade, excursões e expedições coexistiam, e ao que parece elas são distinguidas pelo tempo de viagem e pela ausência de infraestrutura. Para exemplificar, no ano de 1941 circulou na RBG o clássico artigo do professor Delgado de Carvalho intitulado “Excursões Geográficas” (CARVALHO, 1941). Posteriormente em 1945 esse artigo foi transformado em uma edição de bolso, a chamada “Série C”, onde ganhou o complemento de “guia do professor” no título. Essa série de bolso estava em conformidade

com o intuito de consolidar os métodos geográficos no Brasil como se vê no trecho a seguir no qual o diretor do CNG à época, Christovam Leite de Castro explica que:

“(…) a série C (é) destinada à divulgação de “Manuais”, que não de ser preferentemente livros de bolsos, manejáveis, adequados a servirem de guia aos trabalhadores da Geografia, atuando em todas as suas modalidades. (...) (Ela) se ajeita bem em um plano de conjunto de divulgação geográfica e vem atender a uma necessidade indiscutível, a da difusão no país dos modernos métodos da pesquisa da Geografia a e do seu ensino. (...) (Um) guia destinado aos professores de Geografia para a organização das excursões geográficas, tão ao sabor da didática moderna. (...) Que assim seja, para o progresso da geografia brasileira” (CASTRO apud CARVALHO, 1945).

Além de Delgado de Carvalho o volume de bolso contou com a colaboração de Pierre Monbeig, professor da Faculdade Ciência, Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo. Nessa edição Monbeig escreve um guia para o estudo monográfico de uma fazenda e também um questionário para o estudo de uma cidade. É importante destacar que ambos realizaram trabalhos primorosos dentro e fora do IBGE, trazendo na bagagem as influências inglesa e francesa as quais se integrariam e resultariam na geografia brasileira tal como conhecemos hoje.

Ao pesquisar sobre ‘excursão’ e ‘expedição’ nas RBG da década de 1940 pode-se identificar que ambas se preocupavam com a preparação pré e pós-campo. Em seu artigo, Delgado de Carvalho toma emprestado os cinco passos da excursão elencados pelo professor Luiz Alves de Matos: preparo preliminar, preparo psicológico, organização da excursão, observação dirigida

GEOGRAFARCES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

4. Após os trabalhos de campo ocorria a segunda Tertúlia, onde eram apresentados os resultados do trabalho através dos relatórios de campo. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) passou a organizar os trabalhos e metodologias utilizados pelos geógrafos para ser passado às novas gerações do IBGE (ABRANTES & LEITE, 2018, p. 17).

da e relatórios (CARVALHO, 1941, p. 869), um passo a passo bem semelhante àquele realizado pelas Tertúlias Geográficas⁴ que reuniam os cientistas para planejar, executar e divulgar os dados colhidos nas expedições geográficas.

Em consonância com os professores Delgado de Carvalho e Luiz Alves de Matos, o professor Jorge Zarur define excursão enquanto um complemento das aulas de geografia que nada tem que ver com o caráter turístico porque visa a despertar e estimular no educando o espírito de pesquisa e de observação, juntamente com o melhor conhecimento de sua pátria, confirmando e concretizando as exposições feitas pelo mestre (ZARUR, 1941). Enfim, as análises das RBG revelaram que o termo excursão pouco foi empregado como sinônimo de passeio, principalmente durante a década de 1940. O sinônimo direto de “excursão” era “trabalho de campo”.

Evidentemente não pretendo encerrar as discussões em torno de nenhuma das três expressões. Interessa-me ressaltar que cada uma delas – expedições geográficas, excursões e trabalhos de campo – guardam consigo não só a ideia de deslocamento para fins de (re) conhecimento dos territórios, mas também a relação dessas viagens com a ciência e a produção de conhecimento geográfico, que sem dúvida são a tônica da Revista Brasileira de Geografia. Folhear as páginas da RBG traz a certeza de que o uso da fotografia juntamente com as demais imagens mudou

completamente o modo de fazer geografia que paulatinamente tornou-se mais rígida quanto aos métodos. Como veremos, analisar a fotografia enquanto ferramenta científica revela intenções por trás da imagem afastando-a da verossimilhança que lhe foi inerente por muitos anos. Usando as palavras de Bruno Latour (2011), é preciso seguir os passos dos cientistas para o entendimento da atividade científica, a porta de entrada aqui escolhida foi o IBGE.

CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE QUANTITATIVA DAS FOTOGRAFIAS E IMAGENS DA RBG

Nessa seção explicarei a quantificação das fotografias e imagens da RBG realizada com o intuito de identificar diferentes comportamentos de ambas ao longo dos anos de recorte da pesquisa. Uma vez que a RBG foi lançada no ano de 1939, mas a primeira expedição ocorreu no ano de 1941 optei abarcar os anos de 1939 e 1940 devido à presença das fotografias nos artigos científicos antes da primeira expedição. Acrescentei também os anos de 1969 e 1979 a fim de verificar se o comportamento das fotografias e imagens foi mantido.

As fotografias científicas da RBG são particularmente interessantes porque revelam o Brasil de outrora segundo distintos olhares, o dos geógrafos-fotógrafos, dos fotógrafos amadores e dos fotógrafos profissionais. Elas tiveram forte

presença nas páginas da revista dentre as décadas de 1940 e 1950, mas a partir da década de 1960 ela perdeu espaço para outras imagens, como os mapas, gráficos, tabelas e, em menor quantidade, desenhos e croquis.

Para além do que revelam em suas imagens, as fotografias apresentam certo fascínio. Ela se encontram na frente pioneira de categorização do país, da criação de memórias e também de esquecimentos, ou melhor, apagamentos. Contabilizar e analisar as imagens fotográficas revela presenças, ausências, silêncios sintomáticos. Posicionamentos de uma sociedade que optou por mostrar determinados recortes durante anos a fio resultando em um imaginário deturpado daquilo que entendemos enquanto realidade.

A metodologia escolhida para realizar a análise das fotografias e imagens da RBG tem como pilar principal os estudos do antropólogo e sociólogo francês Bruno Latour. Suas análises sobre a ciência têm como mote entendê-la enquanto ação realizada por homens e, portanto, falha e questionável. Estudar como o conhecimento científico é produzido passa por refazer os caminhos dos cientistas levando em consideração o contexto social e o conteúdo técnico em que foram realizados. Assim, para analisar as fotografias científicas do IBGE não poderia me ater apenas às imagens. É preciso esboçar possíveis caminhos realizados pelos cientistas sem deixar de lado os contextos políticos dentro e fora da instituição.

Como vimos anteriormente, o IBGE surgiu em um contexto de nacional-desenvolvimentismo embebido em uma ditadura civil-militar liderada por Getúlio Vargas. O instituto nasce então repleto de intenções governamentais que objetivavam o alavanque urbano-industrial do país enquanto seus cientistas aproveitavam o ensejo para consolidar os métodos de uma geografia brasileira ainda incipiente. Entrelaçando os principais pilares da presente pesquisa – IBGE, Revista Brasileira de Geografia, viagens de campo e fotografias – aos métodos de Bruno Latour (2011) pode-se concluir que as fotografias por si só não revelam nada sozinhas. Além de sua imagem temos de considerar outros dois importantes fatores: a fotografia é um móvel imutável (LATOUR, 2015) porque move-se através do espaço sem perder a sua forma e, por ser científica, é também um instrumento ou dispositivo de inscrição (LATOUR, 2011). Para compreender essas duas categorias dos estudos de Latour precisamos iniciar de cima, isto é, dos centros de pesquisa que encabeçam o caminhar da ciência chamado por ele de centros de cálculo.

Os centros de cálculo são espaços onde se articulam, combinam e se acumulam as inscrições. As inscrições (dispositivos de inscrição) por seu turno são qualquer estrutura que possibilite uma exposição visual num texto científico. Elas podem sofrer redução, ampliação e combinações (metrologias) para aprimorar a representação da realidade que elas recortam

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

(LATOURE, 2011). Elas devem permitir a mobilidade das relações e a imutabilidade do que elas transportam, ser um móvel imutável (LATOURE, 2015). Notoriamente esse é o papel exercido pela fotografia científica. O texto científico é composto de inscrições que são obtidas pelos instrumentos. Enquanto não há controvérsia, esse 'outro mundo' que se localiza por trás do texto científico é invisível (LATOURE, 2011, p. 104) e segue se reproduzindo através do ciclo de credibilidade.

Por meio das inscrições obtém-se o conhecimento daquilo que está distante. Pela familiarização e sucessão de eventos que elas reportam tem-se o ciclo de acumulação, um conhecimento acumulado que age à distância por meio dos centros de cálculo. O processo de pesquisa alimenta o ciclo de acumulação gerando novos fatos científicos sugeridos pelos centros de cálculo que seguirão sem questionamentos devido ao ciclo de credibilidade no qual os cientistas validam seus resultados por meio das citações. A corrida probatória da ciência, a qual vimos de perto em tempos de pandemia, movimenta os cientistas dos centros de cálculo e as ordens muitas vezes vêm de fora respondendo às necessidades da sociedade em um determinado contexto político.

Os pesquisadores dos centros de cálculo são responsáveis por elaborar amostras, mapas, diagramas, registros, questionários e formulários de todos os tipos. Esse mecanismo

acelera a corrida probatória da pesquisa. Os processos de redução e ampliação também realizados por eles são necessários à representação da realidade por meio das combinações. Latour afirma que é complexo questionar os porta-vozes dos centros de cálculo e pôr à prova seus dispositivos de inscrição. Para ele, a ciência é uma caixa-preta e o leitor que questiona um fato ou artefato científico acaba sendo envolvido por cadeias de argumentos, citações e referências que são produzidos por meio de provas, observações, comparações e confrontações (LATOURE, 2011). A ilustração abaixo resume a relação entre os centros de cálculo e seus dispositivos de inscrição.

De posse das categorias latourianas, é possível identificar o IBGE enquanto um centro de cálculo (LAMEGO, 2015) e as fotografias enquanto dispositivos de inscrição capazes de engendrar fatos científicos. Os estudos de Latour evidenciam que a ciência se encontra fundada sobre práticas e não sobre ideias. Assim, para realizar uma análise das fotografias de maneira satisfatória é primordial considerar as mudanças dentro do IBGE no tocante à sua direção, às novas contratações de pesquisadores, técnicos, cinegrafistas e ao engajamento em projetos de vulto do governo com vistas à publicação de livros. Parte-se da hipótese de que esses acontecimentos mudaram os padrões fotográficos. Iniciaremos as análises pelo método quantitativo expresso na tabela.

Primeiramente realizou-se

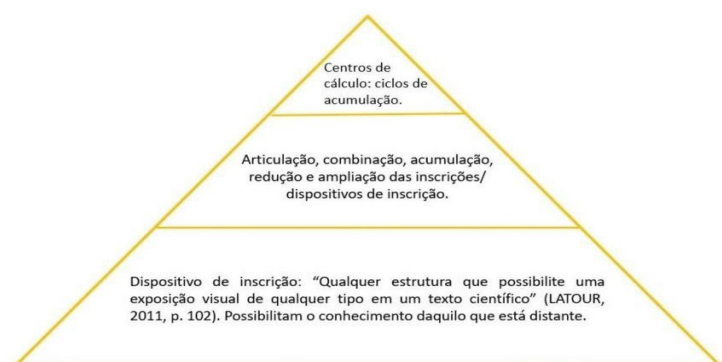
uma contagem das fotografias e imagens da RBG e, posteriormente, o cálculo da porcentagem correlacionando ambas à quantidade de páginas de cada número da revista. Em seguida, foi feita uma porcentagem total. A tabela acima (figura 2) exemplifica esse passo a passo e os gráficos a seguir (figuras 3 a 6) demonstram os resultados dos anos estudados. É importante mencionar que a análise quantitativa não discriminou as expedições do IBGE e trabalhos de campo particulares. Todas as fotografias e imagens da revista foram contabilizadas. Assim, obteve-se a seguinte quantificação: entre 1939 e 1949, há 1.790 fotografias e 1.426 imagens. Já entre 1950 e 1959 há 1.746 fotografias e 1.977 imagens e, por fim, entre os anos de 1960 e 1969 têm-se 1.175 fotografias e 2.033 imagens⁵. O ano de 1969 (ano seguinte de recorte da pesquisa) foi acrescentado juntamente com o ano de 1979 com o objetivo de identificar se as imagens seguiriam ocupando maior espaço na revista. Como

era de se esperar, em ambas as imagens apresentaram destaque. No ano de 1979, ainda mais discrepante do que 1969, contabilizando apenas 4 fotografias frente a 161 imagens.

A primeira importante conclusão que se pode tirar desses resultados é que a partir da década de 1950 até o último ano de recorte da pesquisa o número de fotografias cai em detrimento do número de imagens. Outro resultado interessante pode ser verificado quando somamos fotografias e imagens de cada década. Na década de 1940, fotografias e imagens somadas apresentam um saldo de 3.216, na década de 1950, 3.723 e na década de 1960, 2.928. Conclui-se que houve um aumento do uso de ambos os recursos imagéticos na passagem da década de 1940 para 1950 e posterior queda dos dois. O desafio é apontar possíveis motivos para tais comportamentos. A seguir me basearei na historiografia da geografia, na história do IBGE e no contexto político em busca de possíveis explicações.

- Entre 1941-1968 foram realizadas 68 expedições e trabalhos de campo, totalizando 1.295 fotografias publicadas na RBG que serão analisadas qualitativamente no próximo passo da pesquisa.

FIGURA 1 - RELAÇÃO ENTRE OS CENTROS DE CÁLCULO E OS DISPOSITIVOS DE INSCRIÇÃO.



GEOGRAFARCS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

TABELA 1 - TABELA QUANTITATIVA DA RBG DE 1939.

RBG 1939	Número de Páginas	Número de Fotografias	Porcentagem Fotografias	Número de Imagens (mapas, gráficos, tabelas)	Porcentagem de Imagens
Número 1	145	25	18%	4	2,75%
Número 2	154	31	20%	18	11,6%
Número 3	172	28	17%	22	12,7%
Número 4	148	46	31%	18	12,1%
Total	619	140	22%	62	10%

FIGURA 2 - GRÁFICO DAS FOTOGRAFIAS E IMAGENS DA RBG DENTRE OS ANOS DE 1939 A 1949.

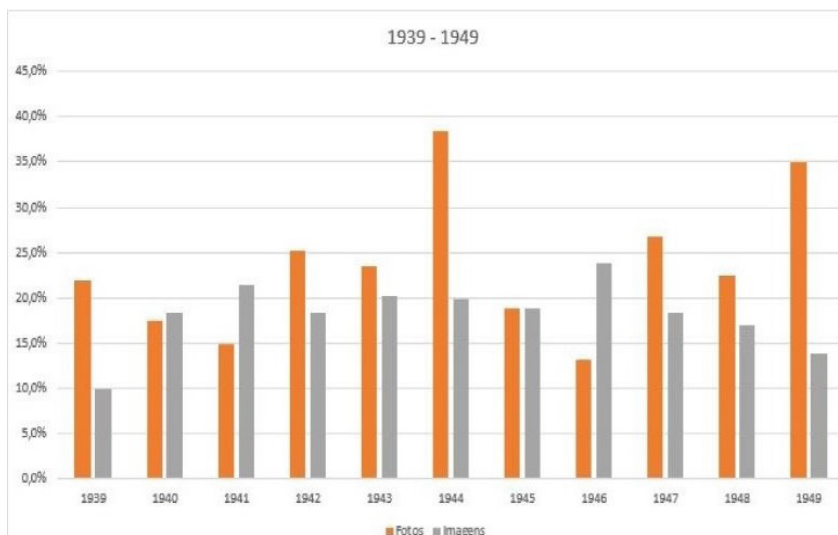


FIGURA 3 - GRÁFICO DAS FOTOGRAFIAS E IMAGENS DA RBG DENTRE OS ANOS DE 1950 A 1959.

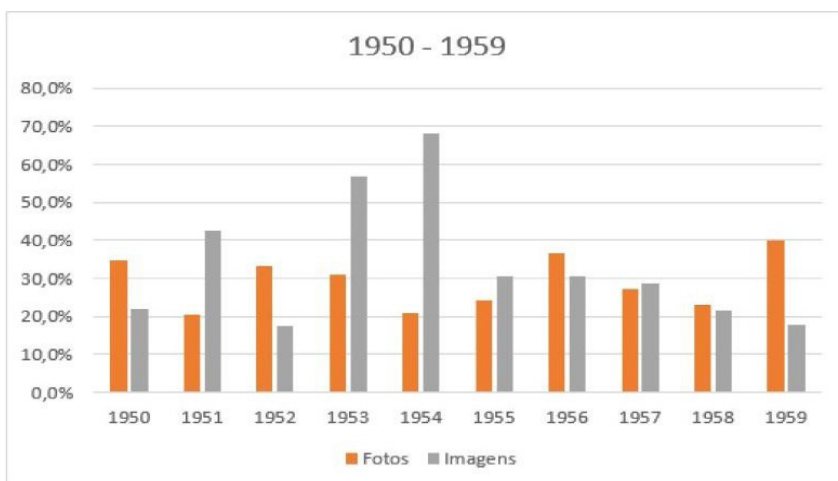


FIGURA 4 - GRÁFICO DAS FOTOGRAFIAS E IMAGENS DA RBG DENTRE OS ANOS DE 1960 A 1969, ACRESCIDO DO ANO DE 1979

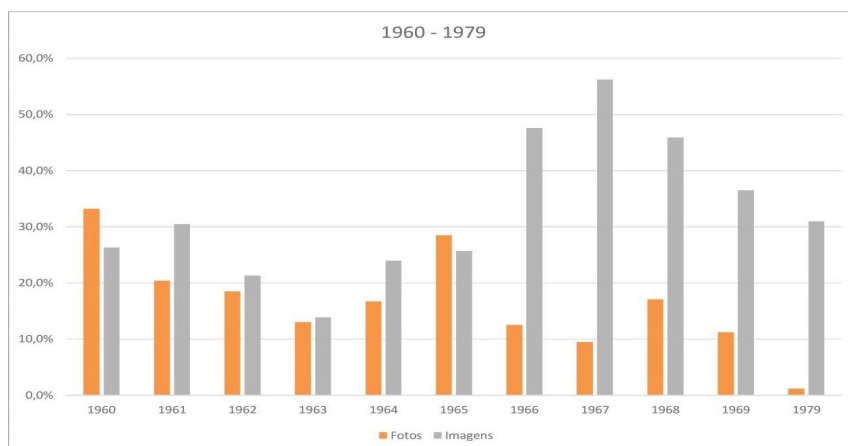
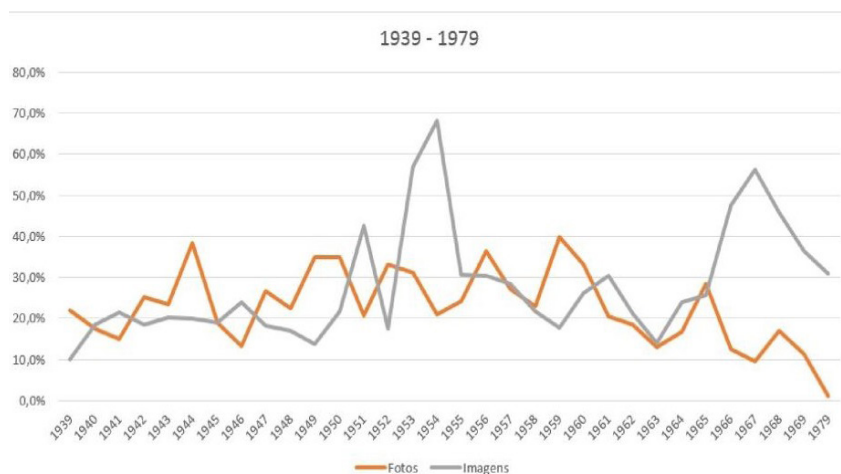


FIGURA 5 - GRÁFICO DA VARIAÇÃO DO NÚMERO DE FOTOGRAFIAS E IMAGENS NAS RBG (1939-1968) JUNTAMENTE COM OS ANOS DE 1969 E 1979.



ANÁLISE QUANTITATIVA DAS FOTOGRAFIAS E IMAGENS DA RBG: ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES

De acordo com os resultados quantitativos as fotografias têm presença marcante quando comparadas às imagens no ano de lançamento da RBG (1939) e entre 1942 e 1944. Nos anos de 1940 e 1945 fotografias e imagens aparecem praticamente equiparadas, enquanto em 1946

o número de imagens superou o de fotografias. A presença marcante das imagens fotográficas no ano de 1939 deve-se ao artigo Geografia Humana do Brasil, do geógrafo francês Pierre Deffontaines (RBG, 1939, n. 1, 2 e 3) que se estendeu do número 1 ao número 3 daquele ano. Percebeu-se que a maioria dos artigos dos primeiros anos da RBG foram elaborados por engenheiros e militares, quem manuseavam as câmeras foto-

GEOGRAFARES

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

gráficas, implicando em uma dupla função desses cientistas. Mais especificamente, em 1940 todos os números da RBG trouxeram artigos de engenheiros e militares, exceto o artigo do professor Silvio Fróes de Abreu, consultor de geografia do CNG, intitulado “A Patagônia vista por um brasileiro” (ABREU, 1940).

No intervalo entre 1942 e 1944 ocorreu a publicação das resoluções 111 (AG/CNG de 03/07/1942) e 128 (DC/CNG de 03/03/1943), onde a primeira promoveu a realização de expedições científicas anuais e a segunda estabeleceu o programa da expedição científica de 1943. No ano de 1942 foi definida a “agregação de Unidades Federadas em Grandes Regiões”, que teve como critérios principais as “características físicas do território brasileiro” (IBGE, 2011 apud BALBIM & CONTEL, 2013, p. 44) que contaram com auxílio das imagens para regionalizar o país.

A primeira expedição do IBGE foi denominada Goiás-Bahia e se desmembrou em três campanhas: 1943 para a região do Jalapão e Vale do Rio Preto, 1944 para a região centro-oriental da Bahia e 1945, sudoeste da Bahia, todas para reconhecimento geográfico da área. No ano de 1943 os números 1, 3 e 4 da RBG trouxeram informações sobre essa empreitada utilizando fortemente o recurso fotográfico para mostrar como era o então sertão do país. Dentre os responsáveis pela viagem estavam o engenheiro Gilvandro Simas e os geógrafos Jorge Zarur, Francis Ruellan e

Pedro Geiger.

Até onde foi possível analisar, o ano de 1946 foi a exceção da década de 1940. Acredita-se que o elevado número de imagens deve-se ao intervalo temporal entre a execução do trabalho de campo e a publicação dos resultados na revista. Nesse ano foram realizadas 7 expedições, das quais 2 foram publicadas nas RBG em anos posteriores: Serra do Mar (RJ), publicada em 1947 e a 1ª expedição ao Planalto Central, publicada em 1948.

Dentre os anos de 1950 há um aumento significativo de imagens em 1953 e 1954 chegando a quase 70% das páginas da RBG. Essa discrepância deveu-se a um único artigo publicado em duas partes na RBG de número 4 do ano de 1953 e na de número 1 do ano seguinte escrito por Adalberto Serra denominado “Circulação Superior”. O autor fala sobre a circulação atmosférica e, para isso, necessitou de explicações através de fórmulas, tabelas e desenhos esquemáticos. Como parâmetro, o número 1 da RBG de 1953 contém 95 fotografias e 30 imagens, representando uma clara ascendência do recurso fotográfico nas práticas geográficas de campo do IBGE.

Analisando a história das contratações do IBGE pode-se concluir que a admissão de fotógrafos profissionais para o quadro de funcionários no ano de 1948 afirma a fotografia enquanto ferramenta indispensável nos trabalhos de campo. A chegada dos fotógrafos retirou da mão dos geógrafos e dos demais cientistas do IBGE a res-

ponsabilidade do registro fotográfico destinando-os somente à escolha do que deveria ser registrado. Nas expedições científicas promovidas pelo IBGE, o chefe da excursão escolhia o fotógrafo que o acompanharia, “só ia um fotógrafo”, disse o fotógrafo do IBGE Wilson de Souza Aranha em entrevista à autora Vera Abrantes, no ano de 2008 (ABRANTES, 2010, p. 74-75).

Os primeiros contratados foram 3 húngaros, Istivan Faludi, Tomas Somlo e Tibor Jablonzky⁶ fugidos da Segunda Guerra Mundial. Suas contribuições foram de grande valia, pois deixaram um acervo precioso nos arquivos no Setor de Fotografia e Cinema do CNG. Só Jablonsky conta com mais de 10.000 registros em seu nome (ABRANTES, 2010), das quais destaco uma logo abaixo (figura 7) que traz o olhar para câmera. Até o momento acredita-se que o olhar para a câmera era menos frequente antes da contratação dos fotógrafos profissionais. Os fotógrafos eram incumbidos de produzir fotografias, acompanhar as excursões, identificar e guardar documentação fotográfica produzida (ABRANTES, 2010, p. 74).

Levando em consideração que na década de 1940 as viagens estavam voltadas aos projetos de regionalização e à escolha do novo Distrito Federal é compreensível que o apelo às imagens tenha sido intenso. Por outro lado, os dados dos gráficos e tabelas (figuras 2 a 6) refletem que mesmo com a contratação de fotógrafos profissionais e a chegada de geógrafos estran-

geiros o número de fotografias de 1950 a 1952 não superou o número de imagens. Um olhar mais atento às páginas da RBG resulta em um dado importante: embora tenham sido contratados em 1949, as fotografias dos profissionais⁷ começaram a circular no ano de 1953. Esse dado insinua que o número de fotografias circuladas não está diretamente vinculado ao quadro de fotógrafos profissionais, mas aos projetos de governo que tinham nas imagens fortes argumentos para dar prosseguimento àquilo que se almejava realizar.

Entre os anos de 1946 e 1950 o professor Leo Waibel chefiou expedições cujos assuntos eram biogeografia, Geografia Agrária, e Geografia da População. Foi nesse momento em que houve a concretização do vínculo entre Universidade e Planejamento a partir da figura de Leo Waibel e de Francis Ruellan, respectivamente (ALMEIDA, 2000, p. 88). Havia uma incontestável influência da escola francesa, mas foi também na passagem dos anos de 1940 para os anos de 1950 que a escola americana passou a se fazer sentir nos trabalhos de geografia regional do IBGE, principalmente por conta da vinda dos professores Preston James (Syracuse) e Clarence Field Jones (Chicago), que trabalharam com Jorge Zarur, Speridião Faissol e José Veríssimo em estudos de colonização e utilização da terra (ALMEIDA, 2000, p. 115).

Ainda sobre os anos de 1950, não poderia me furtar de mencionar que o ano de 1956

6. *Fugiu da Hungria depois da Segunda Guerra Mundial, quando esta é ocupada pelos soviéticos. Antes passou por alguns países até chegar ao Brasil, em 1948, vindo de Copenhague na embarcação Carina. Esta fuga pode ter sido favorecida graças à posição de seu pai, o qual era funcionário da Real Polícia do Estado Húngaro. Jablonsky foi o fotógrafo de maior produção fotográfica do IBGE e o mais solicitado pelos geógrafos para acompanhar as expedições, além disso, foi chefe do Setor de Fotografia e Cinema.*

7. *Faziam parte da equipe de fotógrafos profissionais os brasileiros Gilson Costa, Hernondino Chagas, José Souza, Nelson Sépula, Rubens Moreno Mazzola, Wilson de Souza Aranha, Jaime Serra, entre outros.*

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

foi o marco da maturação dos trabalhos de campo do IBGE por conta do XVIII Congresso Internacional de Geografia ocorrido no Rio de Janeiro.

Antes do congresso foram realizadas viagens de inspeção e durante o evento as equipes se espalharam por todas as regiões do Brasil.

FIGURA 6 - A LEGENDA DIZ: “ÍNDIOS CAXINAUÁ SEMI-CIVILIZADOS QUE HABITAM O RIO MORU, PRÓXIMO À CIDADE DE TARAUCÁ (FOTO DE TIBOR JABLONSKY, CNG, 1953).



Fig 4 — Índios Caxinauá semi-civilizados que habitam o rio Moru, próximo à cidade de Taraucá (Foto TIBOR JABLONSKY, do C N G)

Nessa mesma década, a geografia se vinculou às ideias de desenvolvimento no contexto das questões urbanas e industriais. Elas aproximaram o IBGE do núcleo de decisões do poder federal durante a década de 60, incluindo aí os primeiros governos do ciclo militar (ALMEIDA, 2000, p. 95). Essa mudança da predominância dos estudos agrários para os urbanos e industriais foi ressaltada pelo professor Roberto Lobato (CORRÊA, 2019) como o grande motor para que as ima-

gens se avolumassem nas RBG em detrimento das fotografias. Ele afirma que:

“(…) a partir do final dos anos 50 começa a haver um sentido de estudar o urbano, e aí acabou o trabalho de campo. (...) (Quando) eu entrei no IBGE, em 1959, (...) a Divisão de Geografia tinha uma ênfase muito grande nos estudos de urbana e, através do (Pedro) Geiger, na geografia da indústria. Os estudos de geografia agrária decaíram muito. E eles é que estavam na base dos trabalhos de campo e das fotografias, procurando mostrar a paisagem agrária. No estudo de rede urbana (...) não tem fotografia, tem mapa com cidades, com círculos proporcionais ao tamanho da hierarquia urbana e as influências delas. A fotografia era metaforicamente o mapa, mas um mapa em escala bem grande (...). Então, eu diria que houve uma substituição da fotografia para o mapa. E as tabelas ganharam força

porque você tinha as tabelas de população urbana, de crescimento da população urbana, tabela funções urbanas... (...) Essa mudança eu acho extremamente importante... esse par de mudança: agrário e paisagem, urbano-industrial e mapa” (CORRÊA, 2019).

A colocação do professor Roberto Lobato esclarece que a década de 60 contou com muitas mudanças dentro e fora da ciência geográfica e do IBGE. No âmbito interno, o geógrafo Speridião Faissol, que era integrante do grupo de pesquisa de Leo Waibel nos anos 50, assumiu em 1961 a chefia da Secretaria Geral do CNG, ficando até o ano de 1964. O chefe da Divisão da Geografia era Antônio Teixeira Guerra. Assim, no começo da década de 60 os estudos sobre a geografia física se faziam presentes, mas na segunda metade da década de 1960, as participações dos segmentos de estudos físicos, com exceção da climatologia, reduziram-se fortemente. Foi nesse período que se verificou uma redução significativa nos trabalhos de campo do IBGE comparativamente aos dos anos de 1940 e 1950 (ALMEIDA, 2000, p. 96). Para complementar, o geógrafo Henrique Sant’anna, em entrevista à Vera Abrantes (2000) afirma que a fotografia aérea dispensou o trabalho de campo em 80%. Ao olhar os resultados do gráfico dos anos de 1960 pode-se confirmar que de maneira geral as fotografias cederam lugar às imagens. Esse dado será verificado com maior precisão na análise qualitativa, próximo passo da pesquisa.

No âmbito externo, a década de 1960 foi extremamente conturbada devido à instabilidade política dos anos ditato-

riais que evidentemente reverberaram no IBGE. Por conta de um projeto de reforma do Estado o IBGE passou de autarquia para Fundação, onde foi decomposto em órgãos autônomos, o Instituto Brasileiro de Estatística (IBE), o Instituto Brasileiro de Geografia (IBG) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). A Divisão de Geografia do IBGE deu lugar ao Departamento de Geografia (DEGEO) do IBG. Enquanto Fundação, o IBGE gozou de autonomia administrativa e financeira, ligando-se diretamente ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (LAMEGO, 2014, p. 7). Em 1969, quando Faissol cria o Grupo de Áreas Metropolitanas (GAM) se dá o início de sua cruzada quantitativista no IBGE. Segundo Lamego (2014), é nesse momento que finalmente convergem os elementos que tornaram o DEGEO do IBGE um ambiente propício para o desenvolvimento da geografia quantitativa, fato que mudaria radicalmente a forma de se fazer geografia e que foi possível identificar no presente artigo a partir da contagem de imagens e fotografias.

Por fim, nas décadas de 1960 a 1980 os métodos e técnicas condizentes com um pensamento neopositivista calcados na quantificação e modelos espaciais alavancaram devido ao perfil tecnocrata da ditadura. Por ser um órgão em contato direto com a presidência desde seu surgimento já era de se esperar que o IBGE fizesse uso desse princípio tecnocrata sob o viés do planejamento, confor-

GEOGRAFARCES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

me apontou a tese de Almeida (2000).

A análise quantitativa resultou na identificação de três momentos da fotografia na RBG: 1939-1952, onde os fotógrafos eram os próprios cientistas; 1953 a 1964, anos em que os fotógrafos húngaros profissionais contratados pelo IBGE se destacaram na revista; 1965-1968, anos de queda do uso da fotografia em detrimento do número de imagens. O que se pode concluir desse primeiro estudo basilar é que as imagens, fotográficas ou não, traduzem o esforço por parte do Estado e suas instituições de buscar uma padronização que legitimasse e divulgasse projetos de vulto enquanto enaltecia e informava determinados aspectos do território.

Evidentemente a quantificação não exclui ou substitui uma análise qualitativa das fotografias. À primeira vista pode soar contraproducente reduzir distintas fotografias em números, mas esse primeiro passo da pesquisa trouxe apontamentos interessantes que colaborarão na execução da análise qualitativa. Espera-se que a análise aqui demonstrada proteja contra uma busca inconsciente de padrões através da revista permitindo assim múltiplas e interessantes interpretações quanto às mudanças das práticas geográficas de campo, desde as metodologias até as técnicas e preparos das viagens.

CONCLUSÃO

A análise quantitativa das imagens e fotografias da Revista Brasileira de Geografia

realizada no presente trabalho evidenciou que não é possível realizar um estudo satisfatório de ambas desconsiderando o IBGE enquanto centro de cálculo e as fotografias científicas enquanto dispositivos de inscrição (LATOURE, 2011). Dessa maneira, o olhar para as fotografias sempre deve estar atrelado aos processos históricos do país, da geografia e do IBGE.

O conhecimento geográfico é constituído por meio de uma série de práticas – práticas de viajar, ver, colecionar, registrar e narrar – e, por isso, abordar o que seria o trabalho de campo foi valioso para entender a prática fotográfica. As expedições, excursões e trabalhos de campo são pontos de intersecção entre as práticas geográfica e fotográfica. Tal como o fluxo de um rio, à montante das práticas geográficas estão as ações pré-viagem, como as tertúlias geográficas, publicação de resoluções, cursos oferecidos pelo IBGE, dentre outros. Já no “deságue”, à jusante, há as práticas fotográficas durante as viagens de campo e sua publicação em artigos e livros, além de sua função enquanto documento em relatórios, cadernetas de campo e pesquisas de gabinete. O deságue final dá-se na organização de congressos, nas pesquisas acadêmicas voltadas à análise biográfica e bibliográfica dos funcionários do IBGE e tantos outros caminhos possíveis.

Podemos concluir que ambas as práticas são distintas, mas complementares e indissociáveis para a elaboração do

conhecimento científico em geografia. São, ao fim e ao cabo, integrantes de um projeto político moderno de organização do território, da paisagem, das tipologias da natureza, dentre outros. Como vimos nos gráficos, a ausência de fotografias também constitui um dado, assim como suas repetições, escolha por determinados assuntos, orientação da imagem e autoria.

Diante dos três momentos do uso das fotografias e imagens aqui identificadas pode-se sugerir que as mudanças na maquinaria do IBGE, isto é, a compra de novos equipamentos, contratação de fotógrafos, cientistas, técnicos, vínculo aos projetos de governo, publicação de livros e mapas, bem como mudanças de presidente da república e do instituto provocaram alterações nos padrões fotográficos e na forma de utilizar-se da fotografia para divulgar, comprovar e enaltecer. Às fotografias destinam-se diversos papéis: contar, revelar, convencer, dominar.

De posse dos resultados embrionários obtidos por meio da contagem das imagens e fotografias da RBG foi possível traçar alguns paralelos entre a produção fotográfica e o contexto político do Brasil, do IBGE e da ciência geográfica. Notoriamente a análise qualitativa aprofundará o estudo das fotografias a ponto de adentrarmos

com maior precisão nos métodos utilizados, se regionais, comparativos ou indutivos, se há mais influência francesa ou se está em consonância com a geografia física e/ou planejamento.

Encerrarei trazendo reflexões sobre as fotografias com o objetivo de inspirar futuros pesquisadores. Podemos compreendê-las enquanto científicas, artísticas ou amadoras, ou ainda, como nômadas (BELTING, 2014, p. 168) que vagueiam a cada nova pesquisa, a cada interrogação. Outras, no entanto, encontram-se 'congeladas' em páginas de Revista ou em arquivos, como é o caso das fotografias de campo do IBGE que estão nas RBG e no Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) aguardando nosso olhar de pesquisador em direção ao arquivo para retornarem à vida e ao movimento. As fotografias quando 'descongeladas' vagueiam entre os meios históricos em que foram inventadas e armam sua tenda a cada novo meio criado ao longo da história antes de se dirigirem para o próximo. Se os fotógrafos do IBGE tiveram a incumbência de transpor os conceitos do mundo em imagens, é de suma importância analisá-las levando em consideração a historiografia da geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Pierre Monbeig e os primórdios



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

da Geografia Urbana no Brasil. In: **SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2006. 346p.

ABREU, Silvio Fróis. A Patagônia vista por um brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, v. 2, n.4, pp. 542-559, out-dez, 1940.

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. Fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968): imagens e representações numa abordagem da história oral. **Dissertação de mestrado.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2000. 156p.

_____. Imagens do Trabalho Feminino no Brasil: um estudo sobre a produção bibliográfica de Tibor Jablonszy (1952-1968). **Tese de doutorado.** UNIRIO, 2010.

ABRANTES, Vera Lucia Cortes; LEITE, Fábio Mauro de Carvalho (orgs.). **As expedições geográficas do IBGE: Um retrato do Brasil: 1941-1968.** Rio de Janeiro: IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, 2018.

ALMEIDA, Roberto Schmidt. A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998. Rio de Janeiro. **Tese (Doutorado em Geografia).** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2000. 712 p.

ANDERMANN, Jens. A Expedição do Planalto. Notas para uma história espacial de Brasília. **Terra Brasilis [Nova Série]. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 6, pp. 1-22, 2004.

ARANHA, Patrícia. Geografia como profissão: campo, autorrepresentação e historiografia (1934-1955). **Tese de doutorado.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

_____. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], n. 3, 2014.

BALBIM, Renato; CONTEL, Fábio Betioli. Região e Regionalização: subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro. In: BOUERI, R.; COSTA, M. A. **Brasil em desenvolvimento 2013: Estado, planejamento e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2013. p. 25-47.

BELTING, Hans. **Antropologia da imagem: para uma ciência da imagem.** KKYM+ EAUM, 2014.

CAMARGO, Alexandre de P. R. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, pp. 23-39, jan-jun, 2009.

CARVALHO, Carlos Delgado de. A Excursão Geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, v. 3, n.4, pp. 864-873, out/dez, 1941. Acesso em setembro de 2020. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>.

_____. A excursão geográfica: guia do professor. Colaboração de Pierre Monbeig. Rio de Janeiro: IBGE, 1945. 84p. (Biblioteca geográfica brasileira, série C, 1).

CORRÊA, Roberto Lobato. **Entrevista à Lara D'Assunção dos Santos**. Rio de Janeiro, 5 de junho de 2019.

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, v. 1, n.1, pp. 19-67, jan-mar, 1939.

_____. Geografia Humana. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, v. 1, n.2, pp. 20-56, abr-jun, 1939.

_____. Geografia Humana. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, v. 1, n.3, pp. 16-59, jul-set, 1939.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. **Aspectos históricos da geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

GEIGER, Pedro P. As expedições geográficas do IBGE. In: SENRA, Nelson; LIMA, Nísia T. et al. **Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho**. Rio de Janeiro: IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 2010. pp. 78-81

IBGE. Resolução nº 18 da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, de 12 de julho de 1938. **Coletânea da Legislação do IBGE**, 2015. 175p.

LAMEGO, Mariana A. Genius loci. **Revista Terra Brasilis [Nova Série]**, n. 5, 2015, posto online no dia 17 dezembro 2015, consultado o 28 julho 2019. Disponível em: [<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1504>]. Acesso em agosto de 2018.

_____. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: construindo um objeto imaginário. **Terra Brasilis [Nova série]**, n. 3, 2014.

LATOURE, Bruno Cognição e visualização. **Terra Brasilis [Nova Série]** [Online], n.4, 2015. Disponível em: [<http://terrabrasilis>].



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

revues.org/1308;DOI:10.4000/terrabrasilis.1308]

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** Tradução: Invone C. Benedetti. 2ª ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2011. 460 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 2002.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Editora Companhia das Letras, 2007.

SOARES, José Carlos de Macedo. Apresentação. In: **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, v.1, n. 1, pp. 3-6, jan-mar, 1939.

WRIGHT, John K. Terrae incognitae: The place of the imagination in geography. **Annals of the association of american geographers**, v. 37, n. 1, pp. 1-15, 1947.

ZARUR, Jorge. A Geografia no curso secundário. **Revista brasileira de Geografia**, v. 3, n. 2, pp. 227-269, 1941.

ZUSMAN, Perla. La geografía histórica, la imaginación y los imagináneos geográficos. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 54, p. 51-66, 2013.